

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 5.013, DE 2001

Acrescenta o parágrafo único ao artigo 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Autor: Deputado JOÃO CALDAS

Relator: Deputado RICARDO IZAR

I - RELATÓRIO

O ilustre Deputado João Caldas apresentou o Projeto de Lei nº 5.103, de 2001, que acrescenta o parágrafo único ao artigo 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para incluir entre os direitos do assinante dos diversos serviços de telefonia (Serviço Telefônico Fixo Comutado; Serviço Móvel Celular – Bandas A e B e Serviço Móvel Pessoal – Bandas C, D e E), o de conservar o seu código de acesso, isto é, o número do seu telefone, por até um ano, quando tiver o serviço suspenso por falta de pagamento, desde que, neste prazo, salde o débito.

Informa o Autor, citando as diversas regulamentações, que atualmente este prazo é de noventa dias após o vencimento das respectivas contas. Em sua justificação diz que este prazo é muito exigüo, pune de forma demasiadamente severa o assinante e que só se justificava ao tempo da absoluta carência de telefones. No momento em que o mercado se encontra quase que plenamente atendido, não mais se justifica tal regulamentação e que o aumento do tempo no qual o assinante pode vir a recuperar seu número de telefone pode estimular o pagamento de contas atrasadas, em benefício das prestadoras.

No prazo regulamentar não foram apresentadas emendas ao projeto

II - VOTO DO RELATOR

Entendemos que tem toda a razão o Autor quando deseja, com a aprovação de seu projeto, ver aumentado o prazo no qual o assinante dos diversos tipos de serviços telefônicos pode recuperar o número de seu telefone quando, por ter enfrentado dificuldades financeiras, não pôde saldar suas contas telefônicas no prazo de até noventa dias, mas o faz no prazo de até um ano.

Muitos assinantes de linhas telefônicas tem no número de seu telefone um verdadeiro patrimônio, por ser do conhecimento de toda a sua clientela. É o caso de muitos profissionais, como pedreiros, pintores, encanadores, por exemplo, que não possuem um endereço comercial e são contatados e contratados para os serviços que prestam, por telefone, cujo número é informado pelos antigos clientes a conhecidos e amigos.

Muitos profissionais liberais, mesmo com endereço profissional estabelecido, também têm no telefone um grande instrumento de captação de sua clientela. Em caso de mudança de endereço, por exemplo, levar ao novo local o número do telefone conhecido pelos clientes, é uma garantia da continuidade de seu trabalho.

Entendemos ser correto e justo que, ao enfrentar dificuldades financeiras, o profissional que saldar seu débito em até um ano, tenha direito ao restabelecimento da assinatura telefônica com o número antigo.

Como o Autor, também entendemos que não haverá prejuízos maiores para as prestadoras de serviços de telefonia.

Por estes motivos nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.013, de 2001.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado RICARDO IZAR
Relator